



Agência

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 8/2000 5ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2000 20 de Julho de 2000

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.
Primeiro Secretário, Senhor Luis Batista Nunes.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Virgilio Rosa, João Granja da Fonseca, António Andrade Silva, João Vieira, Joel Monteiro e Joaquim Rocha, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, os Senhores Vereadores Cumbre Tavares, Carlos Silva, Gabriel Oliveira, João Bernardino e Miguel Gabriel.

Verificado o Quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que havia sido recepcionado um pedido de suspensão de Mandato, do Senhor Justino Rodrigues da Silva, da bancada do PS, o qual foi lido de imediato pelo Senhor Primeiro Secretário e colocado à apreciação do Plenário.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou o pedido de suspensão à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 25 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Informou que haviam chegado à Mesa quatro pedidos de substituição de Membros da Assembleia, sendo apresentados pelo Senhor António Tremço de Brito, a Senhora Maria Arlete Rodrigues e dos Senhores António Marques Pedrosa e Mário Ventura Henriques, todos da Bancada da CDU (Documentos anexos à presente Acta).

De seguida, foi chamado a tomar posse, o Senhor José Manuel Ribeiro Leal, suplente da lista do PS, o qual foi empossado (Documento anexo à presente Acta).

Seguidamente, foram chamados para tomar posse a Senhora Ana Luisa Correia do Nascimento e o Senhor Vitor Manuel Lopes de Andrade, suplentes da lista da CDU, e o quais foram empossados de imediato (Documento anexo à presente Acta).

Foram igualmente chamados para tomar posse, os Senhores Carlos Augusto Lima das Neves e Armando da Cruz Faria, suplentes da lista da CDU, os quais não foram empossados por falta de comparência (Documentos anexos à presente Acta).

Findo o acto de posse, o Senhor Presidente da Assembleia, solicitou à bancada da CDU, que indicasse um membro para ocupar o lugar de Segundo Secretário da Mesa. A bancada da CDU indicou a Senhora Ana Luisa Correia Nascimento.

II - ORDEM DO DIA

1 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2, do Artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Leilões – Proposta de Alteração”*.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2, do Artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Feira da Brandoa – Alteração ao Regulamento”*.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i), do nº. 2, do Artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Alienação de Terrenos Municipais”*.

4 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 6, do Artigo 22º., do Decreto Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da deliberação da CMA relativa a *“Aquisição de Instalações para a Junta de Freguesia da Venteira – Autorização para a Realização de Despesa ”*.



Agostinho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b), do nº. 2, do Artigo 87º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, de *"Moção sobre a Segurança Pública"*.

Após a sua leitura pelo Senhor Primeiro Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem do Dia à discussão e não havendo intervenções, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 27 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

III - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito a Senhora Balbina Figueiredo, os Senhores Joaquim Rodrigues, Fernando Fernandes, Manuel Soares e Vitor Sobreiro.

A Senhora Balbina Figueiredo falou sobre a demolição dos quintais nas traseiras da Rua Duarte Pacheco Pereira, na Damaia, a qual tem dado origem a vários assaltos a residências. Como caso concreto, referiu o exemplo do Senhor Patrício Charneca, o qual foi notificado (Documento anexo à presente Acta), para demolir a sua marquise por esta estar supostamente a ocupar a via pública, e com o qual a Senhora Balbina Figueiredo não concordava, pois a mesma está à face da varanda. Quanto a esta notificação, informou que iria ser contestada oportunamente.

O Senhor Joaquim Rodrigues, morador na Rua D. João V, no Alto dos Moínhos da Funcheira, disse ser necessário o corte do matagal existente no terreno das traseiras da sua casa, visto o mesmo constituir um foco de incêndios.

O Senhor Fernando Fernandes, morador no número vinte e quatro da Rua Dr. Marcelino Mesquita, na Venteira, informou que havia sido entregue, há três anos na Câmara Municipal, um Abaixo-Assinado, no sentido de serem efectuadas obras na clarabóia do prédio – Processo número 35/97-, o senhorio foi notificado várias vezes para proceder à realização das obras, no valor de dois mil e oitocentos contos, mas até ao momento ainda não foram efectuadas.

O Senhor Manuel Soares, morador na Avenida Alexandre Salles, número trinta e dois, pediu para ser informado sobre qual o fim previsto para as obras que estão a ser realizadas nessa rua. Informou que o seu vizinho do rés-do-chão, instalou uma esplanada no terraço, pelo que já havia denunciado à Câmara, mas até ao momento ainda não obtivera resposta.

O Senhor Vitor Sobreiro, sócio-gerente da Discoteca Estaleiro, nas Docas Secas, Venda Nova, perguntou qual o motivo de alguns Vereadores, antes de decidirem, não se deslocarem ao local e não falarem com as gerências sobre os problemas. Perguntou qual o motivo, atendendo à reunião realizada em Fevereiro, com as presenças do Presidente da Câmara e Junta Freguesia da Venda Nova, o Comissário da PSP da Amadora e com todos os proprietários das diversas casas, onde ficou estabelecido que todas as casa deveriam encerrar às quatro horas da manhã, independentemente do seu tipo. Tal não veio a ser cumprido por parte de algumas casas. No seu caso concreto, o cumprimento do horário de encerramento está a comprometer a viabilidade do projecto, sentindo-se por isso discriminado em relação aos demais.

Tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este falou sobre a demolição dos quintais das traseiras da Rua Duarte Pacheco Pereira, dizendo que o facto de uma construção clandestina ter dez ou vinte anos não a legaliza. O que tem sido feito, quando se torna necessário intervir num determinado local, é regularizar-se as situações. Este caso concreto, insere-se nas obras operadas pela REFER em que algumas demolições foram feitas voluntariamente, e em outras procedeu-se à notificação. A marquise, não deixa de ser ocupação ilegal da via pública, e não existe nenhum motivo que determine a suspensão do processo de notificação.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Joaquim Rodrigues, referiu que o terreno é privado, e a Câmara apenas poderá notificar o proprietário no sentido de proceder à limpeza do mesmo.

Ao Senhor Fernando Fernandes, respondeu o Vereador das Obras Coercivas, Senhor Miguel Gabriel, que informou que este tipo de intervenções, de propriedade privada, a lei impõe o cumprimento de uma série de requisitos por vezes muito complicados e morosos. No processo em causa, a Câmara teve a informação de que o imóvel teria sido vendido, e de que o novo proprietário iria voluntariamente proceder à realização das obras, tendo ficado a aguardar. Verificou-se que não havia novo proprietário, mas sim procurador e que este não estaria interessado em fazer as obras, tendo o processo sido reactivado. Foi feito um levantamento



Agostinho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

dos imóveis que necessitam de intervenção urgente, procedeu-se ao reforço do orçamento em trinta e cinco mil contos, tendo este caso sido incluído pelo que brevemente será feita a adjudicação da obra.

O Senhor Presidente da Câmara, retomou a palavra para responder ao Senhor Manuel Soares, dizendo que as obras que estão a ser feitas, são as obras de ligação viária da Rua 11 de Setembro à Reboleira. Sobre a esplanada no terraço, dado haver algumas reclamações que vão directamente para os serviços, não sabia se a Fiscalização já teria ou não procedido à respectiva vistoria, pelo que iria averiguar e depois o informaria.

Quanto à Discoteca Estaleiro, referiu ter diligenciado, através de reuniões com os proprietários, disciplinar a zona. Na última reunião, em Fevereiro, alguns proprietários manifestaram a opinião de que não teriam de respeitar ninguém, tendo estabelecido o encerramento às quatro horas da manhã. Nesse sentido, informou ter já assinado todas as penalizações com todas as agravantes. Propôs ao Governo Civil o encerramento de duas discotecas, competindo agora ao Senhor Governador Civil actuar.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por esgotado.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que dera entrada na Mesa um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Oliveira, o qual foi lido de imediato pelo Senhor Primeiro Secretário.

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia colocou-o à discussão e não havendo inscrições, foi o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 28 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, foi observado um minuto de silêncio em memória do falecido.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito os Senhores Júlio Correia, José Teodoro, Rodrigo Gonçalves e José Graça.

O Senhor Júlio Correia, alertou a Câmara para o número sessenta e cinco da Avenida D. José I, em que já teria voltado a ser local de pernoita. Disse que a companhia do gás tem procedido à abertura de valas e danificado a rede de rega da freguesia, pelo que entendia que as obras deveriam ser acompanhada por alguém da Câmara por forma a evitar mais rupturas. Na Rua Reinaldo dos Santos, junto ao Restaurante “Farol”, houve uma intervenção do serviço de esgotos que fechou o buraco apenas com gravilha, deixando a sobras da mesma toda espalhada.

O Senhor José Teodoro, falou sobre a Avenida D. Nuno Álvares Pereira, dando conta de que haviam sido colocadas duas lombas, mas que seriam necessárias mais duas, e que ainda não havia sido feita a marcação do piso e que as tampas das manilhas têm muita folga. Perguntou igualmente, quando estariam prontas as obras da Praceta da avenida.

O Senhor Rodrigo Gonçalves, manifestou a sua preocupação face à demora na construção do parque infantil do Borel.

O Senhor José Graça agradeceu ao Vereador Gabriel Oliveira pela pintura das passadeiras na Estrada de Alfragide e na Rua Gonçalves Zarco. Referiu que no Jornal “24 Horas” vinha um anúncio relativo à doação de animais do Canil Municipal, remetendo os interessados para um número de telefone, instalado na Rua Garcia da Horta, na Damaia, pelo que solicitou informação se nesta morada existia alguma instalação municipal mandatada para estas funções. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse se a utilização regular de espaços municipais, por parte de entidades privadas, tinha ou não de ser regulada pelo executivo municipal, e posteriormente objecto de protocolo. Pediu esclarecimentos sobre uma notícia publicada no Jornal “Grand’Amadora”, onde fazia referência a uma associação cinotécnica, a qual dispunha de instalações municipais para o seu funcionamento, acrescentando, que teria sido o Senhor Vereador Carlos Silva quem teria cedido o terreno como a utilização das instalações ao fim de semana e feriados, pelo que perguntou se para alguns casos são necessárias as devidas autorizações e se para outros não.

O Senhor Presidente da Câmara, falou sobre o número sessenta e cinco da Avenida D. José I, dizendo ter sido muito difícil retirar os ocupantes, tendo-se procedido posteriormente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

emparedamento das entradas, tendo em vista a sua recuperação. Face à sua reocupação referiu que iria mandar averiguar e proceder em conformidade. Em relação às intervenções na via pública, na freguesia da Reboleira, pela GDL, EDP e SMAS, a Fiscalização Municipal não tem condições para acompanhar todas as obras, pelo que foi feito o Regulamento de utilização do subsolo, no sentido de estabelecer algumas regras, no entanto apelou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para quando verifiquem a ocorrência de danos, que informem a Câmara por forma a permitir que esta actue. O caso da Avenida D. Nuno Álvares Pereira referiu que o projecto prevê a colocação de vários tipos de sinalização, nomeadamente lombas, passadeiras e separador das faixas de rodagem, pelo que todas as anomalias deverão ser em breve regularizadas. Quanto às tampas de esgotos concordou que o trabalho não foi devidamente efectuado.

Relativamente à questão da construção do Parque Infantil no Borel, informou que em tempos um grupo de jovens apresentou um Abaixo-Assinado no sentido de ser instalado equipamento recreativo para jovens, junto à IC19. Na altura, foi receptivo à ideia, mas o projecto que veio a ser apresentado já envolvia a construção de um pavilhão, o que levantaria algumas dificuldades, nomeadamente de financiamento e eventual contestação dos moradores. A ideia inicial, disse, passava pela transformação do local, onde no momento há o estacionamento, para parque subterrâneo e sobre ele construir o parque infantil. Outra opção, será a de o Palácio da Justiça ser instalado na Quinta do Estado, e o espaço inicialmente previsto no Borel ser utilizado para diversos equipamentos, nomeadamente o parque. Esclareceu, que a Câmara começa a ter um registo de todo o património móvel e imóvel e que as instalações municipais não são cedidas sem que se preencham dois requisitos: Falar com o Presidente da Câmara (que detém o Património), e ir ao conhecimento da Câmara.

O Senhor Vereador Carlos Silva, falou sobre a Associação Cinotécnica e a eventual presença de elementos estranhos nas instalações municipais, dizendo que aquela associação actua no domínio do "agility" e faz acções na área de obediência animal e pediram um espaço de treino, tendo em conta a sua presença nos campeonatos europeus. Assim, procedeu-se aos trabalhos de terraplanagem, e a associação pode utilizar o espaço apenas durante o horário de serviço e com recurso ao seu próprio equipamento. Brevemente será celebrado protocolo para esta utilização. Quanto ao anúncio no jornal "24 Horas", relativo à doação de animais, informou que o número de telefone era de uma munícipe, a qual entendeu voluntária e unilateralmente dar uma ajuda ao Canil Municipal no sentido de conseguir a colocação de animais, pelo que,

quando alertado para o assunto, entrou em contacto com a munícipe para que procedesse à retirada do número de telefone.

O Senhor José Graça, voltou a intervir para dizer que, segundo a notícia do jornal, o Senhor Carlos Santos, em representação da associação, disse que a representação nos campeonatos é feita há cinco anos, pelo que achava estranho que só este ano é que houvesse urgência no espaço. Não concordou igualmente que a associação actue no âmbito do “agility” e obediência animal, porquanto foi público no programa “Hora Viva”, transmitido na RTP 1, numa reportagem sobre cães assassinos, este senhor aparece a pontapear dois animais que estavam à luta. Finda a intervenção, entregou ao Senhor Presidente da Câmara uma cassette video do referido programa.

Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia deu o período por concluído.

VI - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 2, do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Leilões – Proposta de Alteração”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de cinco minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta. O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador Cumbre Tavares.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores João Nascimento e António Nunes.



Agostinho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos 29 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 2, do Artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Feira da Brandoa – Alteração ao Regulamento”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de cinco minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta. O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador Cumbre Tavares.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores José Fernandes, Luis Francisco e Manuel Frade.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com 19 votos a favor e 9 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i), do nº. 2, do Artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a “*Alienação de Terrenos Municipais*”.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de vinte minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para discutir a presente proposta porém, não havia emitido parecer por falta de consenso.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que ele acedeu.

Face à ausência do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Primeiro Secretário em sua substituição, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito a Senhora Maria Luisa Jubilado, os Senhores Manuel Vieira, Manuel Frade e Amílcar Martins.

Tendo reassumido entretanto a presidência da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com 16 votos a favor, 8 votos contra e 7 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Manuel Vieira procedeu à leitura de uma Declaração de Voto da CDU (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

4 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 6, do Artigo 22º., do Decreto Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da deliberação da CMA relativa a “*Aquisição de Instalações para a Junta de Freguesia da Venteira – Autorização para a Realização de Despesa*”.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. G. Almeida'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de cinco minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que ele acedeu.

Neste momento, e face à ausência do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Primeiro Secretário assumiu a direcção dos trabalhos, tendo declarado abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Quadrado Rego, António Nunes, José Teodoro, Armando Paulino Domingos, Amílcar Martins, Manuel Vieira e António Filipe.

O Senhor Quadrado Rego, na sua intervenção declarou ir votar favoravelmente a proposta, pois defende que as juntas de freguesia devem de reunir o mínimo de condições e dignidade para o seu funcionamento.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção declarou que a sua bancada iria votar favoravelmente a proposta.

O Senhor Amílcar Martins, na sua intervenção declarou ir votar favoravelmente a proposta.

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia reassumiu a presidência da Mesa da Assembleia.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos 33 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b), do nº. 2, do Artigo 87º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, de *“Moção sobre a Segurança Pública”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de quinze minutos para discutir a Moção.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à bancada do PSD para apresentação da Moção. A Senhora Maria Luisa Jubilado procedeu à leitura da Moção.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Jerónimo, António Filipe, Amílcar Martins, José Teodoro, Rodrigo Gonçalves, José Leal, Luis Francisco, a Senhora Maria Luisa Jubilado, e os Senhores Armando Paulino e António Nunes..

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção declarou ir votar contra a Moção.

O Senhor António Filipe, na sua intervenção declarou que a sua bancada acolhia a Moção apresentada, no entanto a mesma iria apresentar duas propostas de alteração.

O Senhor Armando Paulino, propôs que o documento fosse melhorado e que a sua bancada estaria disposta a contribuir com algumas alterações, pelo que propôs igualmente que os trabalhos fossem interrompidos para esse efeito.

O Senhor Luis Francisco, declarou que a sua bancada ficaria à espera que a bancada do PS apresentasse à Mesa a sua proposta de alteração ao documento, para que PSD pudesse avaliar se deveria proceder ou não à alteração do texto da Moção.

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia informou que haviam chegado à Mesa duas propostas de alteração ao texto da Moção, apresentadas pela bancada da CDU, tendo procedido de imediato à sua leitura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature: A. Rodrigues

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que fossem votadas as duas propostas de alteração da bancada da CDU, e só depois fosse votada a Moção, apresentada pela bancada do PSD, ao que o Plenário acedeu.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou as duas propostas de alteração à votação, merecendo as mesmas 16 votos a favor e 16 votos contra. Face ao empate verificado, o Senhor Presidente da Assembleia, nos termos do número um, do artigo quarenta e quatro do Regimento, exerceu o seu voto de qualidade, pelo que as propostas foram rejeitadas (Documento anexo à presente Acta).

Seguidamente, colocou a Moção a votação, merecendo a mesma 16 votos a favor e 16 votos contra. Face ao empate verificado, o Senhor Presidente da Assembleia, nos termos do número um, do artigo quarenta e quatro do Regimento, exerceu o seu voto de qualidade, pelo que a Moção foi rejeitada (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 32 membros presentes.

Foi dada a palavra ao Senhor Manuel Frade para que procedesse à leitura de Declaração de Voto da bancada do PS. Durante a sua leitura, e face ao abandono da sala por parte de alguns membros da Assembleia, foi a mesma interrompida, sendo de imediato verificado o quórum. Enquanto isso, o Senhor João Nascimento declarou que o Partido Socialista detinha a maioria na Assembleia Municipal, pelo que se havia falta de quórum era um problema do PS.

O Senhor Presidente usou da palavra, com menção expressa para que constasse em acta, disse: "Não tem a maioria! Peço desculpa! Já agora tenho de responder, não tem maioria nesta Assembleia, nem faz quórum sozinho nesta Assembleia. João Nascimento, em amor da verdade, o Partido Socialista não tem maioria".

Concluída entretanto a contagem dos Membros, e verificando-se a ausência de quórum, os trabalhos foram encerrados, pelas 2.10 horas, tendo o Senhor Manuel Frade entregue a Declaração Política à Mesa.

Antônio J. C. L.
Rodrigues